



**“Todos Juntos, Todos Nós”: a dinâmica de formação
de identificações e o narcisismo das pequenas
diferenças entre os membros do CEC-SC,
no contexto da pandemia da covid-19**

**“All Together, All of Us”: The dynamics of identification and the
narcissism of small differences among CEC-SC members
in the context of the COVID-19 pandemic**

Monique Nascimento¹

Eloise Helena Livramento Dellagnelo²

Resumo: Objetivou-se refletir sobre o narcisismo das pequenas diferenças na dinâmica de identificações dos membros do Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina (CEC-SC) à luz da psicanálise e da teoria do discurso político. Realizaram-se entrevistas em profundidade, além de observações participantes e não participantes. Evidenciou-se que a pandemia da Covid-19 operou como exterior constitutivo, promovendo uma articulação equivalencial no CEC-SC. Nesse contexto, a diminuição do investimento libidinal no particular e a suspensão temporária do narcisismo das pequenas diferenças possibilitaram a conversão de diferenças em equivalências, unificando, de forma contingente e precária, o grupo sob o significante vazio “emergência cultural”. Defende-se, porém, que a mera identificação positiva com significantes é insuficiente para sustentar a cadeia de equivalências, evidenciando a necessidade irreduzível do antagonismo e da negatividade.

Palavras-chave: Identificação; narcisismo das pequenas diferenças; teoria do discurso político; psicanálise; COVID-19.

Abstract: This study aimed to reflect on the narcissism of minor differences in the identification dynamics of the members of the State Council of Culture of Santa Catarina (CEC-SC) in light of psychoanalysis and political discourse theory. In-depth interviews were conducted, alongside participant and non-participant observations. It was evidenced that the Covid-19 pandemic operated as a constitutive outside, fostering an equivalential articulation within the CEC-SC. In this context, the decrease of libidinal investment in the particular and the temporary suspension of the narcissism of minor differences enabled the conversion of differences into equivalences, unifying the group contingently and precariously around the empty signifier “cultural emergency”. It is argued, however, that mere positive identification with signifiers is insufficient to sustain the chain of equivalences, evidencing the irreducible necessity of antagonism and negativity.

Keywords: Narcissism of small differences; identification; psychoanalysis; political discourse theory; COVID-19.

1 Psicanalista. Pesquisadora vinculada ao observatório da realidade organizacional da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1862-4295>.

2 Professora titular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Fundadora do observatório da realidade organizacional da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7586-0302>.

Introdução

Diante de uma crise sanitária, econômica e social sem precedentes, o setor cultural foi duramente impactado. Seus agentes foram impedidos de exercer seu trabalho, muitos destes que já viviam em condições precárias viram-se sem conseguir garantir sua subsistência. Entretanto, em tempos de distanciamento social também foi possível observar que estar apartado fisicamente não, necessariamente, implicaria na não existência de mobilizações, identificações coletivas e articulações entre agentes culturais. Pelo contrário, agentes culturais de todas as regiões do Brasil, inclusive do Estado de Santa Catarina, juntos de organizações representativas do setor cultural e também de parlamentares, articularam-se e formaram identificações coletivas, tornando, assim, possível o nascimento da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc.

Entre as organizações representativas do setor cultural, anteriormente mencionadas, encontra-se o CEC-SC (Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina), órgão vinculado à FCC (Fundação Catarinense de Cultura), que se constitui como espaço de pactuação de políticas estaduais de cultura e que atuou no intuito de mitigar os impactos, especialmente econômicos, no setor cultural catarinense nesse período. Para isto, foi necessário que os membros do CEC-SC, denominados agentes culturais neste trabalho, se mobilizassem e se articulassem entre si e com outros atores do campo da cultura e de fora dele.

Em Laclau e Mouffe (1985), observa-se que a formação discursiva, que constitui a condição de emergência do social, pode ser entendida como uma prática articulatória. A partir desses autores, sabe-se também que na prática articulatória há uma articulação que resulta em uma modificação de identidades – sejam elas de sujeitos ou de demandas. Ou seja, daquilo que representa, a partir de relações equivalenciais, múltiplos elementos em um determinado momento, sendo tais identidades contingentes, precárias e relacionais.

Contudo, para que ocorram relações equivalenciais entre identidades, são necessários atos de identificação, circunstância que possibilita a defesa da imbricação entre noções de articulação e identificação dos sujeitos. Em especial, quando entendemos, a partir de Freud ([1921] 2011), que tudo que estabelece importantes coisas em comum entre as pessoas produz identificações. Todavia, enquanto laço social que se opõe a processos narcísicos, a ideia de identificação entre sujeitos torna-se ainda mais relevante para processos de articulação política quando relacionada ao conceito freudiano de narcisismo das pequenas diferenças – que leva em conta a suspensão ou não de sentimentos hostis relacionados a pequenas diferenças entre sujeitos e grupos.

Com base nessas ideias formulou-se a seguinte premissa: a construção de um projeto político comum (uma prática articulatória) envolve a conexão de sujeitos em resposta a um antagonismo comum. Essa articulação requer, como sua

condição psicodinâmica, que ocorram investimentos libidinais entre os sujeitos e uma suspensão temporária do narcisismo das pequenas diferenças (a renúncia diferencial). Para investigar tal premissa, o objetivo principal deste artigo é refletir sobre o narcisismo das pequenas diferenças na dinâmica de identificação entre os membros do Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina (CEC-SC), à luz da psicanálise e da Teoria do Discurso Político (TDP). Outro objetivo é auxiliar pesquisas que tratam daquilo que leva os sujeitos a se identificarem, ou a se engajarem, em uma causa ou ideia, articulando-se com outras e, posteriormente, desarticulando-se.

A dinâmica de formação de identificações e o narcisismo das pequenas diferenças: articulações entre a psicanálise e a teoria do discurso político

Freud ([1921] 2011) refere que as relações entre sujeitos são fenômenos sociais que se opõem aos processos narcísicos e que há nos humanos um pendão à agressão e ao ódio que perturba a relação de uns com os outros e que essa hostilidade primária ameaça permanentemente a sociedade à desintegração (Freud [1930] 2010; [1932] 2010). Frente à constante ameaça de dissolução, a civilização teria que recorrer a alguns meios para pôr limites ao pendão à agressividade, animosidade e/ou hostilidade humana, as quais não ligadas afetivamente seriam forças letais que poriam em risco a cultura, a civilização. Entre esses meios encontra-se o laço libidinal – ou laço social –, que presume uma ligação afetiva (ou laço afetivo) cuja pulsão não possui necessariamente como fim a satisfação sexual.

Como mais antigo mecanismo de laço afetivo, ou laço social, Freud ([1921] 2011) evidencia a identificação e a apresenta como: um tipo de ligação afetiva/emocional (Freud, [1932] 2010); um mecanismo psíquico importante para a formação do Eu e constituição de subjetividades; como um processo por meio do qual o sujeito assimila um ou mais traços, pensamentos, ideias de outro sujeito, integrando-os ao eu; um elemento fundamental para a dinâmica da socialização; e ainda, o modo pelo qual o eu constitui sua subjetividade segundo os ideais e valores compartilhados pela sociedade no contexto de seu nascimento e crescimento (Freud, [1921] 2011).

De acordo com Freud ([1921] 2011), entre os membros de um grupo ou massa, esse tipo de laço afetivo – identificação – surge diante da nova percepção de uma qualidade comum partilhada com alguma pessoa que não é objeto de satisfação sexual, podendo ser relacionada à ligação ao líder – sustentando-se verticalmente – ou a uma ideia, uma abstração, uma tendência comum, um desejo partilhável por muitas pessoas – sustentando-se horizontalmente. Acredita-se, assim, que as identificações coletivas estruturadas a partir da identificação/ligação afetiva com tais representações, ideais ou desejos compartilhados entre membros de um grupo, podem ser entendidas, num sentido freudo-lacaniano, como relacionadas a determinados significantes. Conforme frisa Lacan ([1961–

1962] 2003, p. 25): “o importante na identificação deve ser, propriamente, a relação do sujeito com o significante [...]. [...] identificação é uma identificação significante”. Todavia, estes significantes relacionados às identificações não são concebidos como necessariamente unidos ao significado, ao conceito que designa, mas ao significante.

Contudo, ainda que haja uma identificação com o significante, entende-se que na Teoria do Discurso Político (TDP), a cadeia de equivalências – o processo de articulação – requisita um exterior constitutivo, um antagonismo, que impede a plena realização de cada demanda particular (Marques; Carlos, 2025). Desse modo, o “nós” se constitui porque há um “eles” que o ameaça, forçando a articulação equivalencial. Neste ponto, a psicanálise fornece um importante direcionamento: se a prática articulatória é o processo pelo qual as demandas diferenciais (elementos) renunciam parcialmente à sua identidade – precária, contingente e relacional – para se tornarem posições equivalenciais (momentos) (Laclau; Mouffe, [1985] 2015), pode-se argumentar que a diminuição do investimento libidinal no eu (ou no particular) e a suspensão do narcisismo das pequenas diferenças (Freud, [1921] 2011) compõe a condição psicodinâmica que pode tornar o sujeito disposto a essa renúncia diferencial.

Ainda que o afeto (a libido) não seja necessariamente o motivo da equivalência, ele pode ser vislumbrado como algo que auxilia na sustentação da sutura precária imposta pela fronteira política. O próprio Laclau (2013, p. 26) reconhece que “o social é um laço libidinal”. Uma vez estabelecida pela negação, essa cadeia se fixa parcialmente em um ponto nodal, um significante vazio – como a “sociedade civil” ou “emergência cultural” – que aglutina as representações, ideais ou desejos dos sujeitos.

Sublinha-se que para que se possa versar acerca de identificações coletivas, é relevante compreender que a fronteira política ou corte antagônico, enquanto objeto de construção hegemônica, não se baseia numa divisão apriorística permanente advinda de dois campos opostos e anteriores a toda formação hegemônica. Contrariamente, as fronteiras são contingentes e encontram-se em processo constante de deslocamento. Nessa acepção, entende-se que da competição existente entre cadeias de equivalências pela representação do significante vazio procede uma pressão estrutural sobre o vazio discursivo, que passa a ser significado pela competição equivalencial. Tal processo concorrencial de apreensão do significante vazio relaciona-se à noção de significante flutuante e permite que se considere que os significados esvaziados são temporariamente construídos e que nem todos os sentidos articulados por formações discursivas antagônicas precisariam ser necessariamente antagônicos. Pelo contrário, conforme aponta Mendonça (2012, p. 224–225), discursos antagônicos podem compartilhar alguns sentidos, como no caso dos significantes flutuantes.

Ressalta-se que tais entendimentos, em especial, do antagonismo enquanto uma forma de identificação política que emerge a partir de uma ameaça política, surgem embasados na introdução da categoria de deslocamento na TDP, que possibilitou novas formas de se pensar subjetividades políticas, bem como abriu oportunidades de pensar essa categoria num nível ôntico em contextos democráticos (Mendonça, 2012).

Com isso, assim como Mendonça (2012) e Cavalcante e Costa (2017), entende-se o antagonismo como o momento da percepção de uma ameaça, que gera uma identificação entre elementos e produz um processo articulatório e, por consequência, um discurso. Entretanto, considerando-se processos psíquicos dos sujeitos, recorre-se, ainda, ao narcisismo das pequenas diferenças para se refletir acerca do antagonismo, em especial, naqueles casos em que justamente as pequenas diferenças, dentro da semelhança geral, motivem os sentimentos de estranheza e hostilidade entre sujeitos.

Conforme enunciado por Freud ([1925] 2011; [1921] 2011), sabe-se que existem obstáculos que, de algum modo, se opõem ao reconhecimento da alteridade e tornam impossível, metapsicologicamente falando, a aceitação imediata desta. Há, nesse sentido, um esforço do psiquismo do sujeito na afirmação de si e uma tendência à percepção daquilo que lhe é diferente como uma ameaça e/ou algo que pode acarretar uma exortação à mudança. Por esse ângulo, se por um lado o outro ameaça a precária unidade do “eu”, o semelhante e familiar precisa se tornar estrangeiro para preservar essa mesma unidade. Tal momento de percepção de uma ameaça, em que o outro, símbolo do não-ser do sujeito, interrompe ou impede a constituição de sua identidade plena é apontado por Laclau e Mouffe ([1985] 2015) como uma primeira condição para existência de um antagonismo.

Com isso, assim como Mendonça (2012) e Cavalcante e Costa (2017), entende-se o antagonismo como o momento da percepção de uma ameaça. Essa ameaça funciona como a condição estrutural que força a articulação. O estabelecimento de laços libidinais (identificação) e a consequente suspensão temporária do narcisismo das pequenas diferenças são uma resposta psicodinâmica a essa ameaça, permitindo a renúncia diferencial (a transformação de elementos em momentos). A libido, assim, não necessariamente é a “cola” de uma positividade, mas a energia mobilizada para suturar a “falta” imposta pelo antagonismo.

Aos sujeitos identificados é possibilitado um processo articulatório – cujo resultado é um discurso – que envolve a conformação de cadeia de equivalências e a instituição de uma fronteira política, ou de um corte antagônico, que implica a divisão do campo social. Por conseguinte, a relação existente entre o “nós” e o “eles” torna-se antagônica. Com isso, as diferenças “intoleráveis” passam a ser aquelas localizadas fora do grupamento, do nós, e evidenciam-se os efeitos narcísicos no enfrentamento de diferenças presentes nos laços sociais.

Cumprer sinalizar o caráter contingente da suspensão do narcisismo das pequenas diferenças intragrupal, que, por sua vez, pode acarretar a precariedade e contingencialidade da identificação estabelecida pelos sujeitos com determinados significantes vazios, bem como da fixação destes. Esta circunstância dificulta a cristalização e permanência da cadeia de equivalência, pois, esta, mesmo quando constituída, não possui caráter definitivo, assim como a fronteira política, ou corte antagônico, não pressupõe uma separação permanente.

Sugere-se que algumas circunstâncias, como a privação do objeto da necessidade, podem facilitar o estabelecimento de identificação com os sentidos compartilhados entre discursos antagônicos e sua fixação parcial, bem como a conformação de cadeias de equivalência entre grupamentos que anteriormente eram antagônicos. Recorrendo-se a termos freudianos, considera-se que, por exemplo, ao ocorrer a privação do objeto da necessidade, pode haver a suspensão do narcisismo das pequenas diferenças entre grupamentos anteriormente *hostis uns com os outros*, a partir da intensificação de uma pulsão frustrada.

No entanto, é válido ressaltar que mesmo que as relações distantes inspirem desconfiança e mal-estar, aquelas próximas comportam hostilidade. Ou seja, mesmo que o estabelecimento de alianças ou a construção de projetos políticos comuns seja facilitada com a suspensão do narcisismo das pequenas diferenças, tal fato deve ser concebido sempre como temporário.

Procedimentos metodológicos

Na realização da pesquisa partiu-se de uma abordagem metodológica qualitativa (Denzin; Lincoln, 2006) e, no que concerne aos procedimentos de coleta de dados, utilizou-se entrevistas em profundidade, bem como se recorreu à observação participante e não participante e ao levantamento de dados secundários.

Os eventos de observação foram tanto formais quanto informais, sendo os formais aqueles que envolveram a participação em Fóruns, reuniões, diálogos e outros eventos (virtuais e presenciais). Já os informais envolveram cafés; almoços; compartilhamento de Uber; viagens; troca de mensagens de WhatsApp; e chamadas de vídeo. Em relação às entrevistas, aponta-se que foram realizadas 10 (dez) entrevistas com 9 (nove) conselheiros estaduais de cultura. Os dados secundários foram provenientes de pesquisa documental que abrangeu: atas de reuniões; sites de notícias; redes sociais; grupos de WhatsApp; e instrumentos legais voltados a políticas públicas de cultura. Para isto, foram acompanhados os canais oficiais do CEC-SC e FCC, bem como páginas no Facebook e Instagram, além de canais no YouTube da Emergência Cultural e de entidades do setor cultural. A análise dos dados levantados foi realizada mediante análise de conteúdo categorial de Bardin (2016) tendo por base categorias de análise definidas *a posteriori*, como os conceitos de narcisismo das pequenas diferenças, identificação, significante vazio, ponto nodal e antagonismo.

Durante a imersão no campo de estudo, observou-se que a dinâmica de formação de identificações entre os membros do CEC-SC foi influenciada por dois momentos: o primeiro deles foi o momento do processo eletivo para representantes da sociedade civil no Conselho, no ano de 2019, que implicou uma mudança de configuração do CEC-SC; o segundo período foi aquele que envolveu o enfrentamento da pandemia da Covid-19.

A dinâmica de formação de identificações entre os membros do CEC-SC

O Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina (CEC-SC) é um órgão colegiado, vinculado à Fundação Catarinense de Cultura – FCC e foi criado em 1961. No momento da pesquisa, ele possuía 21 membros: um deles o presidente da FCC; dez membros indicados pelo poder público estadual e dez representantes da sociedade civil provenientes de diferentes segmentos artístico-culturais (SOL, 2018).

A partir da gestão de 2019-2021 o CEC-SC teve, pela primeira vez, o uso de processo eletivo para escolha dos representantes da sociedade civil. Anteriormente a este período, as posições ocupadas pela sociedade civil eram decorrentes de indicações de entidades consideradas representativas de cada segmento cultural. Pode-se afirmar que com este processo eletivo estabeleceu-se uma nova ordem no que concernia ao entendimento do “ser conselheiro”, ou melhor, de quem poderia sê-lo. Diante disso, ser conselheiro do CEC-SC deixou de significar a representação de entidades do setor cultural catarinense indicadas para o cargo; o membro passou a ser escolhido pelos próprios agentes culturais.

Frisa-se que a constituição de ordem, conforme aqui discorrido, parte de um discurso particular que representa discursos ou identidades. Para isto, há uma fixação de sentidos e, a partir disso, a articulação de elementos que previamente não estavam articulados entre si. Como essa fixação de sentidos é sempre parcial, precária e contingente, nada pode garantir que outros sentidos sejam articulados por outros grupos ou discursos (Mendonça, 2009). Portanto, no fenômeno de estudo, o estabelecimento desta ordem não implicou na inexistência de conflitos e de disputas pela fixação parcial de sentidos. Observou-se, desse modo, uma disputa pela fixação parcial do significante vazio “sociedade civil” dentro do Conselho.

Laclau ([1996] 2011) menciona que os significantes vazios são formas de representação as quais paulatinamente são esvaziadas de seu conteúdo ideológico conforme outras identidades são integradas a eles, e servem, por conseguinte, como ponto de identificação para uma gama de diferentes sujeitos. Cabe salientar que estes significantes vazios são alvos de uma luta pela fixação parcial de sentidos, a qual ocorre por meio de um ponto nodal. Além de ocasionar a fixação parcial de uma construção discursiva, articulam um conjunto de significantes privilegiados numa operação que ajuda a construir identidades.

Em relação ao significante vazio e também ponto nodal “sociedade civil” dentro do CEC, aponta-se que este foi paulatinamente esvaziado de seu conteúdo e serviu como ponto de identificação para diferentes sujeitos participantes do Conselho. Isto se deu, na medida em que se tornou alvo de disputas – quando conselheiros indicados pelo poder público passaram a alegar que todos no CEC-SC eram “sociedade civil” –, e, posteriormente teve sua significação fixada parcialmente ao significar um grupo de sujeitos eleitos em processo eletivo e que se identificavam com o referido significante. Acerca do processo de identificação daí decorrente, aponta-se que neste trabalho, considera-se que as identificações coletivas são estruturadas a partir da ligação afetiva com representações, ideais ou desejos compartilhados entre membros de um grupo, que podem ser entendidos como relacionadas a determinados significantes. No fenômeno de estudo, diante da fixação nodal do significante “sociedade civil” houve, entre os sujeitos identificados com este significante, o estabelecimento de uma relação equivalencial e a conformação de uma cadeia de equivalências.

No entanto, essa relação equivalencial não implicou uma simples relação de igualdade entre os sujeitos do estudo, visto que toda relação deste tipo é atravessada pela ambiguidade. Nessa perspectiva, é possível afirmar que a equivalência estabelecida entre aqueles sujeitos cuja forma de ocupação do cargo de conselheiro e identificação com o significante “sociedade civil” eram pontos comuns, não implicou em uma simples relação de igualdade. Ocorreu, nesse sentido, um colapso ou suspensão temporária das diferenças que se relacionavam com suas áreas artístico-culturais de representação. Nesse caso, eles passam a se identificar com um significante “sociedade civil”, o qual é esvaziado de todo vínculo com significados particulares e, com esse esvaziamento de sentidos particulares e a consequente subversão do caráter diferencial das identidades, conformou-se uma cadeia de equivalências entre esses sujeitos. Além disso, é possível que o estabelecimento de laços libidinais ou afetivos entre eles tenha auxiliado numa dinâmica de tolerância frente às diferenças internas a esse grupo. Nesse caso, as diferenças intoleráveis passaram a ser aquelas localizadas fora do grupamento, do nós, e evidenciaram-se os efeitos narcísicos no enfrentamento de diferenças presentes nos laços entre conselheiros representantes da sociedade civil e do governo estadual.

Em relação às cadeias de equivalências, é possível o entendimento de que estas envolvem a articulação de algo comum entre atores e lutas/identidades e demandas. Em Laclau (2006) tem-se, ainda, que a conformação de cadeia de equivalências implica a criação de dois pólos fronteirizos, situação observada entre os membros do CEC-SC. Ou seja, a conformação de uma cadeia de equivalência impulsionou a demarcação da fronteira política ou corte antagônico, a qual dicotomizou o espaço social entre nós e eles dentro de uma prática discursiva. Nos termos do entrevistado 11:

[...] têm a divisão, governo de um lado e sociedade civil do outro [...]. Nem o governo se descobriu, tirou o seu manto de insegurança, nem a sociedade civil, cobriu-se de uma segurança de trabalhar juntos. Então a gente não conseguiu chegar ainda em um denominador comum pró-cultura (E11).

Com essa conformação da cadeia de equivalência e a demarcação da fronteira antagônica, tornou-se mais nítida a divergência entre os dois grupos no entendimento do grau de autonomia que o CEC-SC deveria ter em relação ao governo estadual.

Por esse ângulo, se por um lado o outro ameaça a precária unidade do “eu”, o semelhante e familiar precisa se tornar estrangeiro para preservar essa mesma unidade. As diferenças devem, portanto, exaltar-se para preservar o senso de singularidade do que ameaça ser perdido (Freud [1925] 2011; [1921] 2011) por conta desse outro, símbolo do não-ser do sujeito, que interrompe ou impede a constituição de sua identidade plena (Laclau, 2014) e/ou questiona sua identidade e ameaça a sua existência (Mouffe, 2007). Desse modo, podem ser evidenciados os efeitos narcísicos no enfrentamento dessas diferenças, que no fenômeno de estudo, são concernentes àquelas presentes nas relações entre conselheiros de grupamentos opostos, representantes da sociedade civil e do governo estadual. Tais efeitos relacionados ao narcisismo das pequenas diferenças podem ser exteriorizados – ao outro e/ou àqueles do outro grupamento – por intermédio: da angústia frente às pequenas diferenças e oposição ao reconhecimento delas; de sentimentos de aversão, antipatia e inveja; da manifestação de prontidão ao ódio, hostilidade e a agressividade; do ato de caricaturar o outro e do racismo.

Tais exteriorizações dos efeitos narcísicos associados ao narcisismo das pequenas diferenças entre os membros do CEC-SC passaram a se tornar menos frequentes, ou, no mínimo, menos evidentes no período posterior às medidas restritivas em razão da pandemia da Covid-19. Antes de adentrar nas especificidades desse período, existem dois eventos concomitantes ao início das medidas restritivas no Estado de Santa Catarina a serem destacados: vacância do cargo de presidente do CEC-SC e a pausa nas reuniões do Conselho. Sem presidente, frente a ausência de mesa diretora e da não previsibilidade legal de reuniões em formato virtual, houve uma suspensão temporária da realização de reuniões do CEC-SC.

Ocorre, neste íterim, um acirramento da tensão entre conselheiros representantes da sociedade civil e do governo do estado:

Naquele momento estávamos mais articulados [...]. Isso foi criando uma fricção muito grande entre sociedade civil e o governo do estado. [...] já tinha, mas foi acirrando. Foi ficando mais forte (E4).

Enquanto conselheiros representantes da sociedade civil solicitavam que as reuniões fossem reestabelecidas, outros, representantes governamentais, apoiavam a FCC na posição de que para fazê-lo seria necessária a nomeação de uma nova

presidência para convocação das reuniões – tendo em vista a inexistência de mesa diretora no CEC-SC naquele momento – e realização de uma resolução prevendo reuniões em formato virtual.

Essa vacância do cargo de presidente do CEC, segundo enunciado, uniu mais os conselheiros representantes da sociedade civil, que tinham uma demanda para eleição da presidência entre pares e que não fora atendida. Fortaleceu-se, desse modo, a relação equivalencial estabelecida entre aqueles conselheiros que se identificavam com tal demanda. Além da tentativa de nomeação de presidente com apoio de deputadas estaduais, houve por parte deste grupo de conselheiros uma iniciativa para nomeação da mesa diretora judicialmente:

Realmente nós entramos como o processo conjunto, os dez. Nós assinamos tudo o que rolou ali no começo do ano passado. Foi assinado em conjunto (E5).

Contudo, já havia sido encaminhado pelo governo do Estado, a nomeação de um dos conselheiros representantes deste para presidência do CEC-SC. Esta atitude desagradou conselheiros representantes da sociedade civil por ocorrer via governo estadual e não por eleições entre conselheiros.

Com isso, foi enviado ao governador uma carta solicitando a exoneração do presidente nomeado. Ademais, realizou-se o início de uma articulação entre representantes da sociedade civil para invalidar, via judicial, a nomeação da presidência do CEC-SC. Contudo, enquanto articulavam-se para tal feito, a pandemia da Covid-19 foi recrudescente no Estado e seus impactos no setor cultural foram se tornando maiores.

Destarte, a necessidade de o CEC-SC estar em funcionamento ampliou-se e tal articulação foi desfeita:

[...] a gente não quis arrumar outro problema e teve que engolir o nosso ego [...] em outros contextos a gente teria ido pra justiça e a gente não foi justamente para permitir que o CEC funcionasse. Mesmo que daquela forma [...] (E4).

Cabe mencionar que concomitante a esta conjuntura interna ao CEC-SC e ao agravamento da pandemia da Covid-19 no Brasil, vivenciava-se aos níveis federal e estadual, um silêncio dos órgãos executivos em relação a iniciativas de apoio aos agentes culturais. Este silêncio, pautado pela ausência de resposta, auxílio ou socorro a um setor que se encontrava em estado de emergência, marcou a ocorrência de um deslocamento. A crise sanitária funcionou como o exterior constitutivo (o antagonismo) que impôs uma negatividade estrutural ao setor. A pandemia da COVID-19 tornou-se o antagonizador maior, uma ameaça existencial que reconfigurou a fronteira política. Esta ameaça existencial (a “privação do objeto da necessidade”) foi o gatilho para a suspensão do narcisismo das pequenas diferenças. Como aponta Freud ([1912] 2019), quando sujeitos passam fome (ou enfrentam uma ameaça comum), as diferenças individuais são suspensas.

Tal fato foi observado no CEC-SC. A articulação prévia para invalidar a presidência foi desfeita, pois, como afirmou o (E4), foi preciso “engolir o nosso ego” para permitir que o conselho funcionasse. Em outros termos, a diminuição do investimento libidinal no particular (o “ego”) e a suspensão do narcisismo das pequenas diferenças não foram o objetivo da união, mas a condição afetiva que permitiu a articulação contra a ameaça maior. Essa renúncia diferencial (o “engolir o ego”) é o que, na TDP, corresponde à conversão dos “elementos” em “mentos”. Os conselheiros, antes focados em suas demandas diferenciais (elementos), puderam se articular em uma cadeia de equivalências (mentos) contra o inimigo comum.

Foi frente a esta conjuntura que as reuniões do CEC-SC foram retomadas e os membros passaram a assumir uma série de demandas para mitigar o impacto da pandemia. A hostilidade nas falas tornou-se menos frequente. A fronteira política entre o “nós x eles” (sociedade civil x governo) foi se tornando menos evidente, até se deslocar. Como afirmaram os entrevistados:

E num momento de crise extrema como essa, todo mundo tem que se aliar e buscar as melhores soluções [...]. Acredito que as tensões diminuíram, um pouco em virtude disso [...] (E7).

Foi ali que a gente se juntou de um jeito que não teve mais sociedade civil, não teve mais governo, e viramos uma coisa só (E5).

A dicotomização do espaço social entre “nós” e “eles” (interna ao CEC) deixou de ocorrer. Isso se deu porque a nova cadeia de equivalências, formada pela negação imposta pela pandemia e possibilitada pela suspensão do narcisismo, requisitou um novo significante vazio para se fixar. O ponto nodal observado, alvo de identificações de todos os membros (agora unificados), foi a “emergência cultural”. Este significante universalizou seu conteúdo particular, abarcando todas as demandas (a Lei Aldir Blanc, a necessidade de amparo, o combate aos desmontes). Essa reunião de sentidos no ponto comum “emergência cultural” foi o que selou a nova identificação coletiva, que só pôde existir porque a ameaça externa (a pandemia) tornou a renúncia às diferenças internas (a suspensão do narcisismo) necessária e possível.

Esta relação equivalencial ou unidade não implicava na igualdade de pensamentos ou entendimentos sobre tudo o que ocorria no CEC-SC, mas admitia ou suportava mais facilmente as diferenças não suspensas por conta do laço por identificação, entre conselheiros, estabelecido pela identificação com o significante emergência cultural. Dito de outro modo, aponta-se que nem tudo o que distinguia as identidades articuladas tinha desaparecido. Quando se fala de identidades, ampara-se na concepção de que estas são constitutivamente cindidas, por isso, a “dissolução do caráter diferencial das posições dos agentes sociais [...] nunca é completa” (Laclau; Mouffe, [1985] 2015, p. 207). Nesse caso, as diferenças suspensas naquele instante particular eram àquelas que se relacionavam à articulação voltada às ações para mitigar os impactos da pandemia da Covid-19 no setor cultural catarinense.

Ademais, enfatiza-se que a identificação com o significante emergência cultural no estabelecimento de identificações entre os membros do CEC-SC pode estar relacionada, ainda, à privação do objeto da necessidade. Como aponta Freud ([1912] 2019), a privação do objeto da necessidade pode atuar na suspensão do narcisismo das pequenas diferenças entre grupamentos que anteriormente eram antagônicos uns aos outros, por intermédio da intensificação de uma pulsão frustrada. Segundo o autor, quando se deixa um certo número de sujeitos passando fome e ocorre a exacerbação da necessidade de alimento, as diferenças individuais se “apagam” e surgem no seu lugar, manifestações uniformes da pulsão não saciada.

Pensa-se que isto pode auxiliar na compreensão da dinâmica de identificação entre os membros do CEC-SC, em especial, naquela que se forma posteriormente ao avanço das medidas restritivas, naquela que envolve o deslocamento da fronteira política ou corte antagônico entre representantes da sociedade civil e do governo federal. Nessa perspectiva, é possível pensar que o estado de emergência cultural e, por vezes, a fome enunciadora da morte facilitou a suspensão do narcisismo das pequenas diferenças e o estabelecimento de pontos de identificação com o significante emergência cultural:

todo mundo se uniu de fato porque estava sentindo na pele e necessitava de algum tipo de apoio (E4).

Todavia, tal qual no exemplo de Freud ([1912] 2019), isto deve ser concebido sempre como temporário. No exemplo dos sujeitos famintos, se a privação do objeto da necessidade deixar de existir, os laços libidinais podem ser desfeitos, as identificações deixarem de existir, as diferenças e o narcisismo das pequenas diferenças emergirem novamente.

Conclusão

Frente ao avanço da pandemia da Covid-19 e as restrições às atividades culturais, o CEC-SC atuou no intuito de mitigar os impactos, especialmente econômicos, no setor cultural em Santa Catarina. Esta circunstância requisitou aos seus integrantes outras formas de atuação, de articulações e mobilizações e possibilitou a ocorrência de identificações. De grande relevância para este estudo foi a aproximação do conceito de narcisismo das pequenas diferenças junto do legado psicanalítico acerca da identificação, com as categorias analíticas provenientes do empreendimento intelectual de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe.

Para se analisar a dinâmica de formação de identificações entre os membros do CEC-SC elaborou-se uma articulação teórica entre psicanálise e Teoria do Discurso Político, recorrendo-se a conceitos, como o de narcisismo das pequenas diferenças, identificação, significante vazio, ponto nodal e antagonismo. Os resultados da análise da dinâmica de identificações entre os membros do CEC-SC evidenciaram particularidades em dois períodos distintos: o primeiro deles

foi o momento do processo eletivo para representantes da sociedade civil e que implicou uma mudança de configuração do CEC-SC; o segundo período é aquele que envolveu o enfrentamento da pandemia da Covid-19. No primeiro período em análise, percebeu-se a disputa pela fixação parcial de sentidos do significante vazio e, também, ponto nodal “sociedade civil”. Diante da fixação nodal do significante “sociedade civil” ocorre o estabelecimento de uma relação equivalencial e a conformação de uma cadeia de equivalências entre os sujeitos identificados com este significante.

Isto impulsionou a demarcação da fronteira política ou corte antagônico, dicotomizando o espaço social. Aponta-se que a relação antagônica estabelecida entre nós x eles, conselheiros representantes da sociedade civil e do governo estadual, evidenciou, ainda, manifestações do narcisismo das pequenas diferenças. No segundo período, frente a uma conjuntura em que os membros do CEC-SC passaram a assumir uma série de demandas relacionadas à Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc e a outras ações para mitigar o impacto da pandemia da covid-19 no setor cultural catarinense, a percepção da fronteira política entre o nós x eles, sociedade civil x governo, foi se tornando menos evidente, até se deslocar.

Assim, a dicotomização do espaço social entre nós e eles deixou de ocorrer. Isto se deu, sobretudo, porque o antagonismo maior (a pandemia) forçou a conformação de uma cadeia de equivalências. A diminuição do investimento libidinal no eu (o particular) não foi um resultado, mas uma condição psicodinâmica que permitiu a suspensão do narcisismo das pequenas diferenças e a consequente renúncia diferencial (a passagem de elementos para momentos). Essa renúncia viabilizou a fixação do ponto nodal “emergência cultural”, unificando o grupo.

No período aqui descrito, o ponto nodal observado e também significante vazio, alvo de identificações entre os membros do CEC-SC, foi a emergência cultural. Essa reunião de sentidos em um ponto comum foi possibilitada pela identificação com esse significante e atuou na união de agentes culturais e, mais especificamente, no grupamento em estudo. Compreende-se que isto ocorreu com a diminuição do investimento libidinal no eu ou no particular, em prol daquilo que era comum ou do que havia sido esvaziado de seu significado particular. Por sua vez, isto atuou na suspensão de diferenças entre eles, bem como do narcisismo das pequenas diferenças. Esta situação auxiliou na formação de uma unidade ou relação equivalencial e possibilitou uma identificação coletiva.

Contudo, é pertinente retomar aquilo que se mencionou anteriormente, acerca da possibilidade de que frente à ocorrência de editais com orçamentos limitados e ao impedimento de se contemplar a todos os inscritos nestes, tenha ocorrido, em alguns casos, a atenuação da articulação entre agentes culturais catarinenses. Acredita-se que isto pode estar relacionado, do ponto de vista individual, ao retorno do investimento libidinal no eu ou naquilo que é particular à medida em que aquele

significante que funcionava como aglutinador das representações, ideais ou desejos dos sujeitos não exerce mais tal função e os sujeitos não mais se identificam com ele. Trata-se de uma identificação que fora facilitada pela existência da privação do objeto da necessidade e que pode deixar de ocorrer quando não houver mais a referida privação (Freud, [1912] 2019).

Rememora-se, diante disso, que a identificação enquanto um mecanismo de laço afetivo, libidinal ou social se faz e se desfaz. Possui caráter movente e é sustentada afetivamente pelos sujeitos. Dessa maneira, pode ser observada, com o tempo, uma maior atenuação da identificação entre sujeitos desta análise.

Destaca-se que as discussões aqui empreendidas, em um aspecto mais amplo, contribuem para a compreensão das identificações enquanto mecanismos de ligações afetivas possuidoras de dinamicidade e das identidades como relacionadas às identificações e, ainda, como representantes, a partir de relações equivalenciais, de múltiplos elementos num dado momento – sendo, portanto, contingentes, precárias e relacionais. Tais afirmações impactam na forma de se conceber o sujeito que se identifica e possui identidade. O sujeito, desse modo, não é visto como essência, ser unitário, pleno, autoconsciente, depositário da razão, origem do conhecimento e centro do universo.

Ele é, portanto, cindido, um ser que ocupa diversas posições durante sua vida e que tem múltiplos laços por identificação. É constitutivamente constituído e posicionado. É um ser cujas razões não são influenciadas apenas por questões racionais, mas também pelas paixões/afetividade. Compreender o sujeito, de acordo com o que aqui se propõe, além de observá-lo de uma forma mais ampla, contribui para o entendimento de que trabalhar a ação coletiva inclui observar aquilo que envolve a psique dos sujeitos cujos atos não serão sempre decorrentes de processos racionais, sobretudo, daqueles que envolvem a maximização dos interesses pessoais.

Referências bibliográficas

- BARDIN, L. (2016). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- CAVALCANTE, T.M.B.M.; COSTA, M.H.A. (2017). “Equivalência e processos de referência na construção identitária do movimento Occupy Wall Street”. *MOARA – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras*, 47, p. 10-30. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/4115>. Acesso em: 30 jun. 2021.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (2006). “Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa”. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (orgs.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, p. 15-41.
- FREUD, S. (2019). “Sobre a mais comum depreciação na esfera do amor (Contribuições à psicologia do amor II)”. In: *Obras completas*, v. 9: *Observações sobre um caso de neurose obsessiva e outros textos (1909-1910)*. São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1912).
- _____. (2011). “Psicologia das massas e análise do eu”. In: *Obras completas*, v. 15: *Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923)*. São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1921).
- _____. (2011). “Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos”. In: *Obras completas*, v. 16: *O eu e o Id, estudo autobiográfico e outros textos (1923-1925)*. São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1925).
- _____. (2010). “O mal-estar na civilização”. In: *Obras completas*, v. 18: *O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias e outros textos (1930-1936)*. São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1930).
- _____. (2010). “Por que a guerra?”. In: *Obras completas*, v. 18: *O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias e outros textos (1930-1936)*. São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1932).
- LACAN, J. (2003). *Seminário 9: a identificação: seminário 1961-1962*. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife. (Trabalho original publicado em 1961-1962).
- LACLAU, E. (2011). *Emancipação e diferença*. Rio de Janeiro: EdUERJ. (Trabalho original publicado em 1996).
- _____. (2006). “Inclusão, exclusão e a construção de identidades”. In: AMARAL, A.; BURITY, J. (orgs.). *Inclusão social, identidade e diferença: perspectivas pós-estruturalistas de análise social*. São Paulo: Annablume, p. 21-37.
- _____. (2013). *A razão populista*. São Paulo: Três Estrelas.
- _____. (2014). *The rhetorical foundations of society*. London: Verso.
- LACLAU, E.; MOUFFE, C. (2015). *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq. (Trabalho original publicado em 1985).

- MARQUES, Â.; CARLOS, E. (2025). “Redução discursiva da diferença: antagonismo e política radical em Laclau”. *Sociedade e Estado*, 40. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/Rdd3xgrqpCF9Cr5QrLNPT8R/?lang=pt>. Acesso em: 22 jun. 2026.
- MENDONÇA, D. de. (2009). “Como olhar ‘o político’ a partir da teoria do discurso”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 1, p. 153-169.
- _____. (2012). “Antagonismo como identificação política”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 9, p. 205-228.
- MOUFFE, C. (2007). *Prácticas artísticas y democracia agonística*. Barcelona: Museu d’Art Contemporani de Barcelona; Universitat Autònoma de Barcelona.
- SOL – SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE. (2018). *Portaria nº 104, de 05 de novembro de 2018: aprova o regulamento do processo eletivo para 10 (dez) membros titulares, com igual número de suplentes, do Conselho Estadual de Cultura, oriundos da sociedade civil para o período de 2019 a 2021, e dá outras providências*. Disponível em: <https://portal.doe.sea.sc.gov.br/repositorio/2018/20181203/Jornal/2033.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2026.

Revista digital: www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/modernoscontemporaneos



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.